

Repetir a dose em 2005 será o grande desafio

Crescimento este ano estaria praticamente garantido, mas há barreiras para garantir as taxas no ano que vem

Regina Alvarez

• **BRASÍLIA.** Os resultados do PIB no primeiro trimestre indicam que não será difícil atingir a meta de crescimento de 3,5% em 2004 ou mesmo chegar a 4%. A preocupação dos analistas e investidores agora é em relação à capacidade do país de manter uma trajetória de crescimento sustentado, já que os entraves ao desenvolvimento permanecem na economia. Os desafios para manter essas taxas em 2005 são muito maiores, na visão dos analistas.

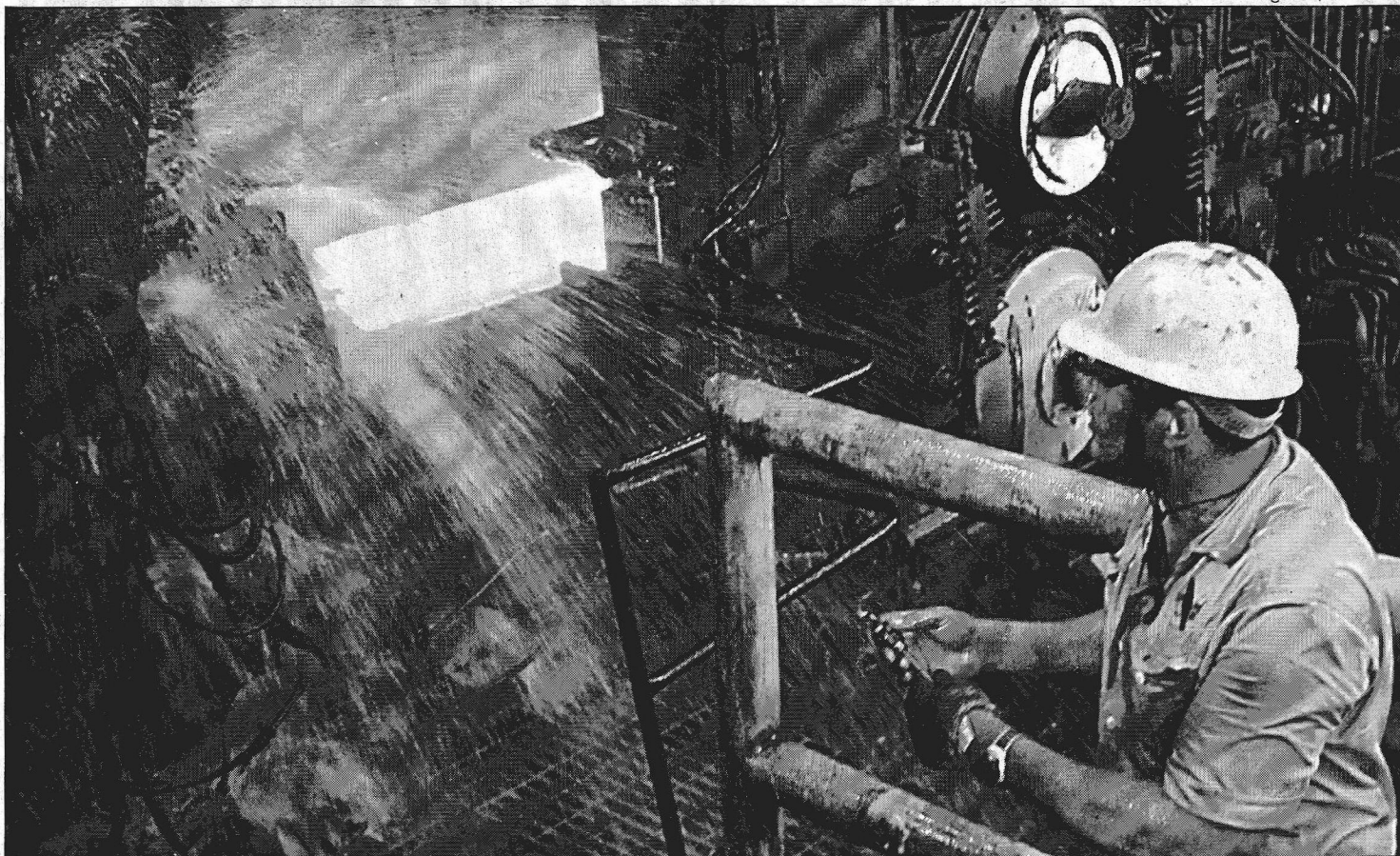
— O crescimento de 2004 não pode ser visto como a superação das dificuldades e dos obstáculos ao crescimento econômico. Chegar a 3,5% depois de zero não é difícil, mas os fatores que limitam a capacidade de investimento não foram removidos e o empresário que está tomando suas decisões olha para o futuro — afirma o economista Flávio Castelo Branco, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Críticas à carga tributária elevada e ao custo do crédito

Em abril, os dirigentes da Confederação entregaram ao presidente Lula um documento que aponta os entraves ao crescimento sustentado: a carga tributária elevada, o custo do crédito, a insegurança jurídica e outros problemas com o marco regulatório, os gargalos na infraestrutura e as dificuldades das pequenas e médias empresas para sobreviver, entre outros.

— No geral, a agenda permanece a mesma — afirma o economista.

De parte dos empresários, há uma reclamação generalizada em relação às dificuldades que as empresas enfrentam para se manter no mercado, especialmente as pequenas e médias. Eles acham que a burocracia e a carga tributária alta inibem negócios e empurram empresas para a informalidade. E reclamam da nova legislação do PIS e da Cofins, destinada a desonerar alguns setores, que pela complexidade está impondo custos adicionais às companhias. Na visão do empresário, o custo do investimento e



TRABALHADORES EM siderúrgica: falta de investimentos em infra-estrutura e regras mais favoráveis para pequenas empresas são entraves



Saiba quais são os entraves

• **TRIBUTOS:** A carga tributária elevada dificulta a vida das grandes e médias empresas e arrasta as pequenas para a informalidade. A nova legislação da Cofins tornou o imposto mais complexo, impondo custos adicionais às empresas e aumentando a burocracia.

• **CUSTO DO CAPITAL:** Os empresários reclamam das altas taxas de juros e dos *spreads* bancários, que refletem o risco do crédito e encarecem os empréstimos ao setor privado. O Ministério da Fazenda estuda medidas para reduzir o *spread* bancário, mas não há prazo para

a sua implementação. Outras medidas, como a Lei de Falências, dependem da aprovação do Congresso.

• **MARCO REGULATÓRIO:** As incertezas nessa área dificultam os investimentos. O setor de saneamento depende de regulamentação que ainda será encaminhada ao Congresso. Na área de energia, existem dúvidas sobre a nova regulamentação e decisões importantes ainda em discussão no governo. A área de transportes aguarda uma nova sistemática para as concessões, que está em gestação no Ministério da Fazenda.

• **INFRA-ESTRUTURA:** O governo tem poucos recursos para investir em infra-estrutura e depende dos investimentos privados para resolver os gargalos nas áreas de energia, transportes, portos, rodovias e saneamento. O setor privado aguarda o projeto de Parcerias Público-Privadas, que depende de aprovação do Congresso, e o novo modelo de concessões das rodovias para investir nesses setores. Sem a definição de regras e do direito de propriedade na área de saneamento não é possível atrair investimentos.

do capital continua elevado e deixa o país em desvantagem.

Como a capacidade de investimento do governo é limitada, especialmente na área de infra-estrutura, os analistas do mercado consideram que o maior desafio nesse momento é criar um ambiente favorável ao investimento privado.

— Esse é o grande desafio de curto prazo — afirma Gustavo Loyola, diretor da Consultoria Tendências.

Para ele, as incertezas nessa área decorrem de vários fatores. Ele diz que a falta de marcos regulatórios e a interferência de governos e até do Tribunal de Contas da União na definição de

tarifas dificultam a decisão de investimento.

Sérgio Besserman, ex-presidente do IBGE e diretor do Instituto Pereira Passos, lembra que a decisão de investimentos depende de confiança, regras claras e percepção de que há um projeto para o país.

— O próprio governo emite

sinais contraditórios. Não está clara a existência de um projeto estratégico mais amplo. O principal entrave são as incertezas, mas outros fatores dificultam o investimento, como o custo do capital para pequenos e médios empresários — considera.

Para o diretor da Invest Brasil Eduardo Pires Ferreira, que es-

teve recentemente na China com o presidente Lula, a solidez das instituições, a estabilidade política e econômica e o enorme mercado interno contam a favor do Brasil na decisão de investimentos. E cita exemplos:

— Tem muito investidor querendo investir em saneamento, mas faltam as regras.

O diretor da Cepal no Brasil, Renato Baumann, lembra que os investidores querem regras claras e ambiente que garanta o retorno do capital aplicado.

— Só vão investir se concluírem que o país tem capacidade de gerar esse retorno — afirma.

Economista critica os juros reais elevados

Já o diretor da Fiesp Cláudio Vaz acha que a retomada do crescimento sustentado não depende apenas dos investimentos, nem do aumento das exportações. Para ele, o problema está no mercado interno e no consumo das famílias, que responde por 60% do PIB e está praticamente estagnado.

— O sentimento de que estamos no caminho da solução dos problemas não é generalizado. Não é o sentimento que prevalece — disse Vaz.

Na sua opinião, o governo precisa ter um papel ativo na retomada do crescimento. Estimular a construção civil, ampliar as fronteiras agrícolas, desenvolver políticas para o mercado interno capazes de aumentar o emprego e a renda são alguns exemplos.

— É preciso gerar empregos. E sem o crescimento do consumo das famílias isso não vai acontecer — considera.

Já o economista Joaquim Elói de Toledo, professor da USP, acha que a economia vai desacelerar a partir do segundo semestre, porque os juros subiram no mercado futuro:

— Não dá para dizer que a economia pode crescer com taxas reais de 12% ao ano. ■

COLABOROU Enio Vieira

► NO GLOBO ONLINE:

Você acredita que o país agora crescerá para valer? Opine www.oglobo.com.br/economia